



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 8

Sessão Extraordinária Março

Realizada em 10/03/2022

Aos dez dias do mês de Março do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, e António Manuel Santos Salavessa.[001](#)

Faltaram nesta reunião da sessão a Vogal Joana Eduarda Mónica Maio do Bem paixão e o Presidente de Junta António Augusto Cruz de Aguiar.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Pedro Machado Pires da Rosa, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Rui Filipe Oliveira Teixeira, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, e Júlia Margarida Ribeiro Correia, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa:[002](#)

De seguida o Presidente da Mesa apresentou Um Voto de Pesar e de Solidariedade para com o Povo Ucrainiano, [004](#) com o seguinte teor:

«Considerando que, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do Direito Internacional, todos os Estados gozam de igual soberania e devem abster-se, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado;

Considerando que a Federação da Rússia lançou uma invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 e que as ações da Federação da Rússia constituem uma agressão militar em flagrante violação do Direito Internacional, da Carta das Nações Unidas e dos princípios consagrados na Ata Final de Helsínquia de 1975, e comprometem com gravidade a segurança e a estabilidade aos níveis europeu e mundial.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em sessão Extraordinária de 10 de março de 2022, certa de interpretar os sentimentos de democracia, liberdade e de paz do povo aveirense que representa:

- 1. Manifesta o seu profundo pesar pela perda de vidas de crianças, homens e mulheres vítimas da invasão sobre a Ucrânia.*
- 2. Condena com a maior veemência a agressão militar da Federação da Rússia contra a Ucrânia,*
- 3. Manifesta a sua total solidariedade para com o povo da Ucrânia e com todos os órgãos autárquicos e em especial as assembleias representativas dos municípios da República da Ucrânia.*
- 4. Apela ao desenvolvimento das iniciativas necessárias visando a desescalada do conflito, o cessar-fogo e um processo de diálogo com vista a uma solução negociada.*

Salientamos as múltiplas ações concretas que o povo de Aveiro e as suas instituições têm desenvolvido com vista a minorar o sofrimento humano causado pela guerra.

Aveiro estará sempre ao lado da democracia, da liberdade, da justiça e da convivência pacífica dos povos europeus.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Fernando Rocha Andrade, com o seguinte teor:[005](#)

«Reunida a 10 de Março de 2022, a Assembleia Municipal de Aveiro expressa o mais sentido pesar pelo falecimento do Professor Fernando Rocha Andrade, endereçando à sua família sentidas condolências.

Fernando Rocha Andrade foi membro desta Assembleia no mandato 1994-1997. Foi eleito deputado, pelo círculo eleitoral de Aveiro, em 2015, tendo exercido as funções de secretário de Estado dos Assuntos Fiscais até 2017. Anteriormente, já desempenhara as funções de subsecretário de Estado da Administração Interna, entre 2005 e 2007.

A par da sua atividade política, desenvolveu uma carreira académica na Universidade de Coimbra, reconhecida a todos os títulos como brilhante.

Fernando Rocha Andrade manteve sempre ligação a Aveiro, colaborando de forma ativa em tudo aquilo a que era solicitado, empenhando-se com o seu imenso conhecimento, capacidade política e amizade.

Pela sua elevada capacidade técnica e política, a sua morte tão prematura constitui para todos nós e para Aveiro uma profunda tristeza e uma imensa perda.

Face a este exemplo de entrega à causa pública, a Assembleia Municipal de Aveiro curva-se, respeitosamente, perante a memória do Professor Fernando Rocha Andrade, aprovando este voto de pesar o qual será transmitido à sua família.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

No seguimento dos Votos de Pesar aduzidos, seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Mesa.⁰⁰⁶

Continuando leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária de Março, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1. Apreciação e votação Processo de Descentralização - Ação Social 2022;

Ponto 2. Apreciação e votação da Estrutura Orgânica Nuclear e Estrutura Orgânica Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro;

Ponto 3. Apreciação e votação do Contrato para a Execução da Empreitada "Requalificação Urbana da Avenida 25 de Abril" - Alteração às Fontes de Financiamento.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

Ponto 1. Apreciação e votação Processo de Descentralização - Ação Social 2022.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária, realizada em 28/02/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁶ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

“Muito boa noite Senhor Presidente, boa noite estimados colegas e ao público que nos acompanha. De forma muito sumária, é uma matéria muito simples, estamos todos muito determinados em exercer as competências de ação social do processo de descentralização, com todas as dúvidas e interrogações que é preciso ainda cuidar. Aguardamos a chegada do novo Governo de Portugal, que o atual não tem tido disponibilidade, embora agora seja natural politicamente, para trabalhar connosco naquilo que falta trabalhar.

Temos estado a desenvolver um trabalho, com a coordenação da Vereadora Teresa Grancho, para na relação para com aqueles que atualmente exercem parte dessas competências, que são um conjunto de IPSS do nosso município, de forma a que, com essa intenção, porque vamos querer desempenhar estas competências com um trabalho de equipa que, obviamente, tem que envolver sempre o Instituto da Segurança Social, e nós Câmara entendemos que tem de continuar a envolver estas IPSS. Como sabeis podemos fazer de outra maneira que é fazer por administração direta, mas essa não é a nossa opção.

E desse trabalho, desse conjunto de IPSS do município, apenas com uma única exceção, assumimos a data de 1 de Julho. Como sabeis temos aqui uma hipótese de prorrogação de 1 de Abril de 2022 até 1 de janeiro de 2023. Mas como já vínhamos com muito trabalho a este nível, trabalho preparatório logicamente, há de parte dos nossos parceiros uma necessidade, uma urgência, de passarem a ser o interlocutor presente que falta, que trabalha, que faz

equipa, e eles sabem que esse interlocutor vai ser a Câmara Municipal de Aveiro e não a Segurança Social.

E, portanto, é neste quadro que definimos esta data de 1 de Julho e obviamente exige uma deliberação de Câmara, uma deliberação da Assembleia Municipal, que a temos que comunicar à DGAL até à próxima segunda-feira.

E de acordo com aquilo que está definido nesse tal Decreto-lei que veio instituir essa tal prorrogação, e, portanto, com todo o gosto vos reitero esta nossa determinação política.

Dou conta do trabalho que temos em desenvolvimento com as equipas técnicas, sob a coordenação da Vereadora Teresa Grancho para nos prepararmos bem para este exercício de competências e essa prorrogação dos 9 meses iremos usar 3, para cuidarmos daquilo que entendemos que é preciso cuidar, aproveitando esse primeiro terço. Portanto é neste quadro que trazemos esta proposta à Assembleia Municipal, ficando obviamente ao dispor para as questões que entenderam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa, Executivo, Vereadores e Deputados e mais participantes.

Antes de falar e ter uma intervenção muito breve sobre o ponto 1, queria comunicar o seguinte: O PPM de Aveiro subscreve o Voto de Pesar declarado pela Assembleia Municipal de Aveiro, mostrando a sua solidariedade e compaixão para com o povo Ucrainiano e demais vítimas da invasão injustificada, bárbara e atroz, concretizada pelo regime de Vladimir Putin. O PPM de Aveiro destaca a defesa dos valores democráticos e de liberdade por parte da Ucrânia que, em sacrifício da própria nação, procura o seu sonho de viver a nossa realidade europeia. Sejamos atentos, agradecidos e recetivos e esta manifesta pretensão.

O PPM Aveiro e convictamente contra a guerra e apela à paz, assim como a uma demonstração de solidariedade para com o povo ucraniano, por parte de todos os aveirenses aqui e noutras partes do mundo. A nossa solidariedade enorme em Aveiro não será indiferente. O PPM Aveiro subscreve também voto de pesar pela perda do Professor Fernando Rocha Andrade que dedicou parte da sua vida à causa pública em prol da cidade de Aveiro.

Agora, em relação ao ponto. Consideramos que é de grande importância que o processo de descentralização de competências para os municípios na área da ação social nomeadamente, seja conduzido de forma clara e objetiva, para que o executivo possa desenvolver a sua ação com sucesso e sobretudo, repercussões positivas para os municípios. O PPM revê-se nesta proposta que data de 1 de Julho 2022 para a assunção destas competências, na medida em que é fundamental iniciar o processo com o maior rigor possível e que as regras são claras. Proposta concertada com as IPSS e com outros atores da área social do concelho. Assim, o PPM votará favoravelmente.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa noite a todas e a todos. O Senhor Presidente da Câmara sabe perfeitamente e julgo que a maioria da Assembleia também o sabe, nós temos uma posição fundamentalmente contra à assunção destes tipos de competências pelos municípios.

Achamos que esta área da Assistência Social deve ser uma área, se não exclusiva, deve ser do Poder Central. Porque só apenas dessa forma se poderá fazer uma gestão integrada de todo o país, sem que as assimetrias regionais entrem em jogo no que respeita à aplicação das medidas que são necessárias para resolver os problemas dos cidadãos.

Esta posição não é nova. Seria surpresa era se viesse aqui dizer o contrário. Portanto como se trata de uma proposta que visa ativar já Julho esta assunção de responsabilidades camarárias e mantendo o PCP para além das dúvidas de fundo, algumas dúvidas concretas na aplicação das competências neste concelho, nós estamos convictos que é desta maneira que melhor defendemos os interesses dos cidadãos vamos votar contra esta proposta.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito Boa noite à câmara municipal e aos Senhores deputados municipais. Farei uma breve intervenção. Nós no Partido Chega consideramos que a solução para colmatar as diferenças territoriais passa necessariamente por uma forte aposta na descentralização. Assim como uma forte aposta na concessão de incentivos fiscais nas empresas.

Por contraposição somos totalmente contra a regionalização, porque consideramos que a regionalização irá multiplicar cargos políticos e criar mais corrupção, honorando ainda mais os portugueses e a mais impostos.

Portanto nós somos claramente a favor da descentralização por oposição à regionalização. No entanto colocam-se várias questões ao modo como esta descentralização está a ser feita concretamente no caso da ação social. Questões que eu coloco é que dinheiro é que vai passar o Estado para as Autarquias para a Ação Social? Esse dinheiro vai cobrir todos os encargos ou vamos ter um défice na autarquia? E depois saber que autonomia terá a autarquia. Terá a autarquia autonomia para mexer no RSI? Eu creio que não porque isso quem decide é o governo.

Portanto estas são algumas questões que gostava de ver respondidas. Em principio o nosso voto será pela abstenção. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os presentes. Congratulamo-nos pelo executivo assumir estas funções de Ação Social. E esperamos que esta Ação Social permita uma melhor articulação com as entidades que prestam apoio, pois têm-se verificado situações em que tal não tem acontecido.

Nós prevenimos que o município inclua o auxílio e alojamento de cidadãos com animais de companhia. Penso que será do conhecimento de todos o caso de uma senhora que ficou a viver num carro em Aveiro durante vários meses, cujas soluções que apareceram não incluíam um abrigo para os seus animais de estimação. Acompanhamos diariamente pelo que sabemos bem as dificuldades por que passou. Ninguém deve ser discriminado por ter animais de companhia. É altura de perceber que para muitos cidadãos os seus animais são família e que por isso a prestação de auxílio também os deve incluir.

Temos visto isso nas trágicas imagens que temos recebido da Ucrânia onde a miude vemos refugiados a partirem com os seus animais.

Pensamos que a Ação Social é uma área fundamental neste processo de descentralização, por isso votaremos favoravelmente. Obrigado.”

Vogal António Monteiro (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Boa noite a todos. O Bloco de Esquerda é contra este processo de descentralização na área social. Este processo leva a que haja uma desigualdade territorial, pois os municípios são mais ricos. Este processo tem duas áreas importantes. Uma pode dizer-se que é administrativa e uma outra que é mais direta aos cidadãos. São os CLDS (contratos locais de desenvolvimento social) e programas de conforto habitacional para pessoas idosas.

E a outra parte é o atendimento e acompanhamento e apoios sociais. Serviços de atendimento e acompanhamento social e a parte do RSI.

Ainda está por decidir se é a Câmara que vai assumir os novos RSI ou se passa tudo para a Câmara. Uma pergunta que eu deixo aqui ao executivo: será que este executivo municipal vai assumir em pleno esta áreas ou vai delegar nas IPSS essas responsabilidades? Esta situação desta descentralização aqui é agravada porque a política do executivo municipal PSD/CDS tem um serviço de ação social que não chega a todos. Veja-se, por exemplo a tarifa social da água que chegou a 50 famílias. Isto na realidade é um número irrisório e ainda por cima nesta altura de situação de guerra, com os preços a subir, acho que esta tarifa devia ser automática, porque ia beneficiar muitas famílias.

Temos a tarifa social da energia que já é. E aqui em Aveiro ajuda sensivelmente 5800 pessoas. Sendo o processo de descentralização na área social ou obrigatório. O Bloco de Esquerda espera que a Câmara venha a ter um serviço municipal de ação social real e que todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade possam ter acesso sem terem de andar a pedir por favor, aqui, por favor às IPSS, e a andarem de um lado para o outro. Era só.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Relativamente ao ponto a nossa posição é concordar com as posições apresentadas pela Câmara e naturalmente esperamos que a partir de 1 de julho as coisas comecem a funcionar bem e que haja resposta do governo que entrará brevemente em funções. Esperamos igualmente que o governo que irá entrar em funções complete todo o processo de descentralização em falta, nomeadamente com o respeito pelo espírito das leis que foram escritas pelo governo ainda em funções e que de uma vez por todas cumpra com aquilo que escreveu.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira).

Vogal Pedro Silva (PS)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Pedro Silva (PS)⁰¹⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Muito boa noite. Senhor Presidente, boa noite a todos. Eu quero dizer aqui que este processo de descentralização na área social é de facto muito importante. E quero também felicitar o trabalho e o esforço da Câmara Municipal de Aveiro durante todo este processo de preparação com as IPSS. Eu tive o prazer de falar com algumas, nomeadamente da minha freguesia. E aquilo que me foi dito é que todo o esforço de toda a disponibilidade da Câmara Municipal resultou naquilo que estamos hoje aqui a votar, num trabalho coeso, de equipa, que eu acho que têm que ser valorizado.

E, por isso, felicitar à Câmara Municipal e o seu executivo por este trabalho, com muita eficácia, com ponderação, de forma a alterar aquilo que é um modelo de intervenção social que é necessário. Um modelo próximo, um modelo objetivo e local, num trabalho de rede, num trabalho de cooperação institucional com todas as IPSS ou, deixando de fora uma como o Senhor Presidente disse, mas num trabalho em que todas elas se sentem envolvidas.

E, por isso, deixar aqui este reforço de que estou certa que a ação social no concelho de Aveiro vai ficar em boas mãos. Vai ficar nas mãos certas e nas mãos de quem conhece o terreno e não num gabinete da Segurança Social em alguém que não conhece o terreno e que nunca vem ao terreno ou raramente vem.

Por isso deixar aqui esta nota muito positiva e mais uma vez, dizer que este processo de descentralização como à bocadinho dizia alguém, peca por ser tardio, porque efetivamente ainda não se sabe muito bem o que é que o Governo Central vai transferir neste processo. No entanto, e ainda assim, a Câmara Municipal de Aveiro disse estamos aqui e estamos aqui para trabalhar, estamos aqui para trabalhar com todos e para todos. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Na Ação Social hoje temos uma Câmara mais capacitada, com mais meios, com mais recursos humanos, com mais conhecimento para assumir mais esta descentralização na área da ação social. Assim e constando esse facto a bancada do PSD irá favoravelmente a assunção destas funções por parte do executivo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Muito obrigado a todos, pelas questões. Gabriel Bernardo em relação às questões que colocou, pertinentes. À partida neste processo, as verbas que estão referenciadas no despacho, que é público, são suficientes para gerirmos o ponto de partida. E ponto de partida são os contratos que existem. E já agora aproveitar ligar com a pergunta do António Monteiro do Bloco de Esquerda, que quando perguntava se a Câmara assume os novos ou passa tudo, dizer que passa tudo.

Portanto há uma delegação da competência e a primeira competência que se delega são os processos que neste momento são processos, nestas duas componentes, passam para a gestão da Câmara, ok. Aquilo que nós entendemos é que a verba à partida, deste ponto de partida é suficiente, quando nós projetamos gerir bem, achamos que ela é insuficiente.

Um exemplo para me explicar melhor, o que se passa com a Educação. Nós temos uma transferência na Educação arredondando as Contas de 7 milhões por ano lectivo, mas a Câmara meteu no primeiro ano lectivo mais 1 Milhão.

É evidente que a lei e os mecanismos de acompanhamento permitem que o Governo corrija a transferência e nos transfira o 1 milhão a mais que nós colocámos. Apenas, como sabemos, ou estamos habituados a ter governos do país que não são de boas contas e, portanto, nem conversa há sobre isto.

Lembrando que a maior parte desse valor respeita às refeições escolares, porque o valor que estamos a pagar para as comprar é de cerca de 50% superior ao valor que nos é transferido pelo Ministério da Educação. É uma patologia, enfim, antiga, e que lutamos para que ela possa ser corrigida.

Mas a nossa postura política é se for preciso esse acrescento financeiro para executarmos bem a Delação de Competências, nós temos essa capacidade. Obviamente que trabalharemos com o Governo para que essa patologia de desequilíbrio financeiro seja corrigida, como o estamos a fazer no que respeita à Educação. É evidente que esperamos um governo muito melhor que o que temos. Aliás vimo aqui, e agradecer ao PCP e ao Bloco de Esquerda a clareza, que é que estão contra este processo. Portanto o novo Governo, liderado pelo mesmo Primeiro-ministro, vai ficar livre de Partido Comunista e do Bloco de Esquerda. Não sei se vai ficar livre de Ministros bloquistas? Porque há um Ministro no atual Governo que tem 3 áreas de descentralização, e estão todas num redondinho zero. E uma delas Doutor Pedro Silva, V.Exa sempre com as suas diabruras absurdas, é exatamente a habitação. Está a ver como é que é esta vida. E, portanto, esperemos que o novo Governo tenha um Ministro que cumpra a lei e que trabalhe a descentralização. Nomeadamente na importantíssima área da Habitação que se mistura objetivamente com esta área da Ação Social.

Quanto à autonomia, Gabriel, este é um trabalho de equipa. A gestão da Ação Social que vamos fazer no quadro da lei, que é assim que temos que fazer, é um trabalho que tem componentes lideradas pela Segurança Social, tem componentes lideradas pelas câmaras municipais e têm componentes lideradas pelas IPSS. Se a opção for fazer o trabalho com elas porque a nossa opção é fazer esse trabalho com as IPSS, já disse isso na minha na minha introdução.

Portanto a lógica nossa é, nós não vamos decidir o valor do RSI, não é nossa competência. A nossa competência é gerir a interação. A linha da frente do contacto da gestão, do apoio, com o cidadão potencial beneficiário ou com os cidadãos beneficiários. Quem decide a estrutura legal do apoio, o montante em causa, essa entidade continuará a ser Segurança Social.

É um trabalho de equipa em que as câmaras ganham responsabilidades e possibilidades de liderança de certa parte do processo. Mas continuar sempre a ser trabalho de equipa. Aliás, quando falamos desta área de ação social, sempre falamos que este vai ser um trabalho de equipa entre a Câmara Municipal de Aveiro, a rede de IPSS que vai ser envolvida, e a Segurança Social.

Obviamente vamos pôr ordem nisto. Porque atualmente as IPSS está tudo um bocado ao monte. A IPSS A apoia pessoas nas freguesias 1, 2, 3, 4, 5. A IPSS B apoia pessoas também das freguesias 3, 4, 5. A IPSS C apoia pessoas na 1, 2, 7, 8. E nós vamos pôr ordem nisto, para que de facto a rede se complemente, a rede se rentabilize os recursos que têm, porque os recursos nunca vão ser ilimitado, os recursos humanos e os recursos financeiros e, portanto, como nós que estamos aqui, que conhecemos o terreno, que temos uma equipa política e técnica que conhece a realidade, vamos pôr ordem no que se passa. Porque o que se passa não tem ordem e estamos todos de acordo que é preciso dar esse passo para melhorar a eficácia dos instrumentos, na interação com as pessoas, porque, obviamente, o que interessa é que estes instrumentos cheguem com qualidade e com eficiência à vida das pessoas que deles necessitam.

Quanto à Senhora do cão, Pedro, se quiser conhecer essa história tenho todo o gosto. Não tem nada a ver com aquilo que você disse. Se quiser conhecer a história toda, tenho muito gosto em conta-la. Não tem nada a ver com aquilo que o Senhor disse e conhecemos a história muito bem. Eventualmente o PAN só conhece a história dos cães! Nós conhecemos a história da Senhora e dos cães.

António nós na Câmara de Aveiro temos um instrumento de intervenção social e vamos continuar a ter, chamado fundo de apoio às famílias. O fundo de apoio a famílias apoia tudo aquilo que seja necessário, numa família, enfim, num indivíduo, ou um grupo de gente, incluindo gastos básicos, água, luz, renda de casa, etc. Portanto o nosso instrumento apoia tudo. Nós discordamos, por princípio, de instrumentos cegos. A cegueira no apoio social em regra dá asneira. E, portanto, o nosso instrumento é o instrumento correto. É um instrumento que não é só para apoiar. Ele apoia e tenta, muitas vezes conseguimos outras não conseguimos, tenta ajudar a estruturar ou reestruturar a vida das pessoas.

Nós não queremos pessoas dependentes de apoios. Nós queremos pessoas tenham capacidade de viver a sua vida com plena autonomia. É isso que nós queremos, isso é o objetivo. E àquelas que por motivos estruturais ou pontuais precisam do apoio, nós queremos que o apoio lhe chegue com qualidade. Agora, se é a água se é a luz, não interessa para nada. É à sua estrutura de rendimento para suportar ou ajudar a suportar a sua estrutura de despesas. Esses mecanismos comunistóides de regras cegas e siga a marinha, muitas vezes dão uma disfunção, para não lhe chamar outros nomes, entre a aplicação do instrumento e a real necessidade da sua utilização por quem é o beneficiário.

Quanto à água, devo dizer-lhe que o preço da água não vai subir na nossa região de Aveiro. Nós temos uma empresa de que somos sócios e, portanto, não está prevista nenhuma subida da água. Fique tranquilo quanto a isso, que agora anda tudo um bocado desinformado sobre

subida de preços. No que respeita à água na região de Aveiro, o tarifário do ano está fechado, estabilizado, não há aumento nenhum e, portanto, é esse o quadro de trabalho que estamos a fazer.

Só uma nota, enfim já falei sobre isto, sobre o que disse o Jorge Greno. Nós temos uma grande esperança no Governo Novo em relação ao que é o Governo atual. O Governo atual está preso a 2 partidos que são contra a descentralização.

O Governo atual está preso a preconceitos de 2 partidos que um deles nem sabe o que é o Poder Local, que é o Bloco de Esquerda. E um outro, que sendo um partido muito importante do Poder Local em Portugal como é o Partido Comunista Português, tem vindo a perder de forma acentuada, influência nesse patamar de gestão do Estado tão importante. E, portanto, é neste quadro que nós temos, de facto, um auto de fé de que o Governo novo, liberto das dependências do Bloco de Esquerda e do PCP, completará a execução do pacote total da descentralização, que como sabemos, ainda tem várias áreas, com um redondo zero de execução. E não são apenas as tais três do tal Ministro, há mais.

Portanto fica este nosso auto de fé para que (e de força) o novo Governo liderado pelo Doutor António Costa, faça aquilo que falta fazer para fechar bem, completar bem, a execução prática deste pacote de descentralização. Como sabeis tem o nosso apoio, tem a nossa concordância, achamos que ele é bom, positivo, embora curto. Mas obviamente, já que o temos, vamos lá executá-lo. E a sua boa execução será o melhor contributo para passarmos a um outro passo que adicione descentralização a este passo de descentralização que se está agora a dar. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²³ o Ponto 1. Apreciação e votação Processo de Descentralização - Ação Social 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta um voto a favor (PSD17+CDS5+PPM1+PS6+PAN2), uma abstenção (CHEGA1), três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰²⁵

“Votámos contra a esta proposta de assunção de novas responsabilidades na área de Ação Social a 1 de Julho de 2022. Acreditamos que esta é uma área que pertence há responsabilidade do Poder Central em nome dos princípios de equidade entre os cidadãos, que não pode ser perturbada pelas diversas assimetrias, sejam elas políticas, sejam elas regionais. O que não é independente da exigência de serviços desconcentrados da Segurança Social sejam mais operativos e sejam mais eficazes.”

Ponto 2. Apreciação e votação da Estrutura Orgânica Nuclear e Estrutura Orgânica Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária, realizada em 28/02/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁶ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Senhor Presidente muito obrigado. Nós em 2014, fizemos (fizemos e aprovámos) uma profunda reforma na Estrutura Orgânica da nossa Câmara Municipal. Estrutura que era

profundamente disfuncional. Tinha um número absurdo de Departamentos e completamente absurdo de Divisões. Fizemos uma reforma profunda, reduzindo drasticamente o número de unidades orgânicas e foi assim que vivemos o primeiro mandato — o mandato 2013/2017 no âmbito de uma profunda reforma como todos nos lembramos.

Em 2018, fizemos outra reforma orgânica, aí muito mais simples, muito mais ligeira, implementando alguns ajustamentos que entendíamos importantes e tirados das aprendizagens que a gestão da nova Estrutura Orgânica no mandato 2013/2017 nos tinha conferido. E uma ambiência parecida aquela que trazemos agora em 2022, início do nosso terceiro mandato. Com essa lógica base de que estamos bem com a Estrutura Orgânica que temos, mas fomos aprendendo nas dinâmicas da gestão que é útil implementar alguns ajustamentos.

E, portanto, é neste quadro que tomamos a decisão que tomámos na Camara Municipal e que aqui está à apreciação da Assembleia que é quem tem competência para deliberar sobre esta matéria. Sabendo que já isto também inclui este processo de reforma, o processo de alteração das chefias em funções.

No passado dia 28 de Fevereiro cessaram as Comissões de Serviço de todas as chefias da Câmara, não as renovámos. Nomeámos toda a gente, as mesmas pessoas, em regime de substituição, na Estrutura que está em vigor e é esse exatamente um dos motivos que está, enfim, de forma clara no meu despacho, é exatamente a reforma orgânica.

Com a aprovação da Assembleia Municipal, com a publicação no Diário da República, no dia em que entrar em vigor esta nova Estrutura Orgânica, haverá um novo despacho meu para nomear em regime de substituição, na nova Estrutura Orgânica, os chefes que obviamente serão os mesmos, salvo exceções a que já me vou referir.

Ato imediato, será tomada a decisão de abertura do concurso público para as chefias, garantidamente das Divisões, ainda estamos a ponderar se o faremos também para os Departamentos. Portanto é este o quadro em que nós vamos trabalhar a execução desta Estrutura Orgânica com o enquadramento que acabei de referenciar.

Principais alterações. Primeira, passamos de 2 Departamentos para 3 Departamentos. No nosso Departamento de Administração Geral deixamos de facto só as matérias da Administração. Criamos um Departamento para integrar as áreas da Educação, da Cultura e da Ação Social. E passamos as Divisões de 14 para 16.

Neste quadro, há um Gabinete que é o nosso Gabinete de Tecnologias de Informação, que é agora Gabinete e passa a ser uma Divisão e vai integrar obviamente a Divisão de Administração Geral. E criámos uma Divisão de Recursos Humanos, integrando também nessa Divisão de Recursos Humanos as questões da Saúde e Segurança no Trabalho e a subunidade orgânica da Saúde que atualmente está na Divisão da Ação Social e Saúde. Portanto entendemos que a dimensão de recursos humanos da nossa Câmara, que já somos 1000 pessoas, e a complexidade cada vez maior de gerir esta dimensão capital da nossa vida é, obviamente, ao lado da outra também importantíssima e densíssima que é a dimensão da componente financeira, exigia uma separação em 2 subunidades orgânicas neste nível de Divisão, daquilo que está atualmente na mesma Divisão.

E, portanto, são 2 as Divisões novas que criamos. A informática passa de Gabinete a Divisão. Os Recursos Humanos saiem da atual Divisão de Administração Geral e passam a liderar uma Divisão nova.

Criamos um Gabinete de Auditoria. É umas das patologias legais que tem ainda a nossa Estrutura Orgânica. A Auditoria está dentro de uma Divisão e não pode. Ela tem que estar fora, tem que estar acima, na direta dependência do Presidente. Portanto esta é a patologia que a nossa estrutura orgânica atualmente tem. Também, por força das alterações legislativas, algumas delas recentes, o gabinete técnico florestal que está atualmente integrante da divisão de planeamento, sai da divisão de planeamento e vai somar-se ao Gabinete de Proteção Civil. Passando a ser Gabinete de Proteção Civil e Técnico Florestal.

Isto, repito, tem a ver com as profundas alterações legislativas e aquilo que está entregue nas competências dos gabinetes técnicos florestais, deixou de ser matéria de planeamento e passa a ter uma ligação muito forte com as questões da gestão da floresta, na matéria do risco de incêndio e, portanto, é por força dessa alteração legislativa que nós fazemos esta alteração. E fazemos um arranjo nesta componente tão importante da nossa Estrutura.

Terminando. A Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo muda de nome. Sai o empreendedorismo e entre inovação. E integramos uma componente, acabamos com a subunidade orgânica do empreendedorismo e criamos a subunidade orgânica de Aveiro Tech City. Precisamente porque este programa tem crescido muito e vai crescer muito mais no próximo futuro. E vem para aqui uma componente daquilo que é hoje a questão da cidadania, que atualmente está na Divisão de Educação, para que possamos entregar a dimensão tecnológica muito da componente da capacitação de recursos humanos, para a nossa casa da cidadania, que passará a ser Casa da Cidadania Aveiro Tech City.

Também como uma antecâmara, a introdução a um grande projeto, que falaremos sobre ele na próxima terça-feira, da nova vida do atual ou do antigo colégio Alberto Souto, que ficará na Divisão de Educação e Desporto. Foi uma das alterações que fizemos.

A última que destaco é a fusão daquilo que era a subunidade orgânica do arquivo geral, que está na Divisão de Administração Geral, e passa com o arquivo histórico que está na Divisão de Cultura e Turismo, passamos apenas a ter apenas um, que é o Arquivo Municipal, gerido pela unidade da Divisão de Cultura e Turismo.

Portanto são estas as notas principais desta alteração. Repito que não tem nada de profundo, são pequenos ajustamentos, mas que entendemos muito importantes para fazer este trabalho que o entendemos necessário na gestão de uma organização como esta, enfim com esta metodologia de o fazer de 4 em 4 anos. Introduzindo benfeitorias que surgem ou de alterações legais que aqui também as há, especificamente do gabinete técnico florestal ou pelas aprendizagens que a gestão de um mandato nos confere.

Portanto, é neste quadro que aprovámos esta proposta Câmara Municipal e que a trazemos à consideração e, obviamente, propondo a aprovação da nossa Assembleia Municipal. Estarei ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Obrigada. Consideramos que esta reforma proposta na estrutura orgânica e nuclear dos serviços do município de Aveiro é determinante para aumentar os níveis de qualidade na gestão dos serviços. E, por consequência, aumentar a satisfação dos aveirenses.

A implementação de práticas inovadoras estruturais na área da gestão e organização serviço, mostra uma vontade de continuar com métodos e processos organizacionais bem definidos, flexíveis e virados para o presente e para o futuro.

PPM revê-se nesta proposta apresentada pela pelo executivo, que pretende responder aos desafios atuais e exigentes do muito rápido e conectado do mundo rápido no qual vivemos.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“A primeira questão que queria colocar é a seguinte: Eu não acredito que o Senhor Eng. Ribau Esteves tenha acordado de manhã e tenha pensado, bom está na hora de fazer aqui uma mudança, depois durante tenha escrito, escrito e que na noite tivesse um plano alternativo pronto para nos apresentar.

Portanto, eu gostava de saber até que ponto houve ou como é que foi a gestão, como é que foi a conceção, qual é que foi a participação dos trabalhadores do município, que tem a experiência na construção deste modelo de organização e gestão nos é apresentado?

Que sendo da competência da Assembleia Municipal a competência de aprovar, neste caso quase formal, visto que é quem está com as mãos na massa e sente o pulsar da instituição no seu dia-a-dia, que tem condições para articular uma proposta deste gabarito, mesmo que lhes pequena adaptação, não deixa de ser uma proposta integrada e com múltiplos aspetos.

Desse processo de auscultação eu gostava de ouvir falar sobre ele.

A outra questão tem a ver com custos de implementação. O que é que estas alterações estruturais que vão acontecer vão implicar em termos de custos?

Eu não me esqueço, que quando esta maioria assumiu a responsabilidade da Câmara pela primeira vez, lançou raios e coriscos contra os 600 trabalhadores que a Câmara tinha nessa altura. O Senhor Presidente hoje está-nos a dizer que já somos cerca de mil!

Como é que se dá toda esta alteração? Eu não acredito que seja só a integração do pessoal da Educação. Quero perceber donde vem este aumento.

Depois queria perceber qual foi a dúvida que aqui deixou. Porque ficando a dúvida não fica esclarecimento, quando disse que, relativamente àquilo que vai acontecer com as pessoas nos Departamentos, diz que depois de ser publicado haverá um despacho e que se fará a nomeação dos Chefes de Divisão e que se verá os Departamentos. Foi o que disse...

Portanto, o que é que isso quer dizer, quer em termos de custos, porque penso os Departamentos atuais nem estavam provisionados na chefia e, portanto, acho que três cargos de chefia nesta dimensão orgânica em termos salariais e custos de tudo aquilo que têm direito nesse cargo, representam um valor substancial e que deve ser bem medido, caso se dê esse passo. Portanto para votar em consciência este ponto necessitava que, para além de tudo aquilo que disse, que juntasse estes esclarecimentos. Obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰³⁰

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰³¹

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite. Na linha de pensamento de que as instituições públicas devem gozar de autonomia, obviamente que esta alteração terá o benefício da dúvida por parte do Partido Socialista. Ou seja, isso significa o quê? Que nada melhor de quem gere a autarquia, para poder decidir aquilo que acha que é melhor em termos do desempenho da mesma. E, portanto, terá o nosso benefício da dúvida.

Obviamente que não fazemos neste sentido nenhum julgamento a montante. Fá-lo-emos durante o exercício de funções e a jusante, o que significa necessariamente que, para o fazer, precisamos ter os dois pratos da balança equilibrados. Com os custos por outro lado e os benefícios. Os benefícios serão vindouros, os custos também serão vindouros, mas gostávamos de saber obviamente uma expectativa daqueles custos que obviamente neste momento são tangíveis, ou seja, os financeiros. Obviamente há um conjunto de outros custos intangíveis que vão surgindo ao longo do tempo, custos de gestão, custos de interação, custos de contexto, etc, etc. Mas, para podermos, em rigor, fazer um exercício e avaliação não à data de hoje, mas em termos futuros daquilo que implica esta alteração orgânica na câmara municipal, precisávamos pelo menos de ter essa expectativa. E depois, o tempo, obviamente que fará com que nós aqui na Assembleia Municipal possamos desempenhar a nossa função, que é de perceber qual o resultado desta proposta do Senhor Presidente cá traz. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“A reforma da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Aveiro foi o primeiro pilar do edifício deste executivo. Esta reforma agora adotada leva a uma segunda atualização com os reajustes. Sendo assim, a bancada do PSD irá votar favoravelmente este ponto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. António Salavessa. Vamos aos números, primeiro para corrigir, quando nós chegámos à Câmara os trabalhadores não eram 600, eram 800. Aliás a nossa primeira reunião foi aqui e alguns estavam sentados nas escadas porque só há setecentas cadeiras. Quando acabámos o segundo mandato éramos 570. E somámos 430 agora da Educação, números redondos.

Estes são os números reais e objetivos daquilo que é a quantidade de recursos humanos e, portanto, e sempre lembrando, cuidado com as comparações, porque somámos em setembro de 2020, somámos a equipa da Educação.

Portanto é a soma destes dois que dá os 1000. Lembrar que temos neste momento em curso, um processo muito complicado, muito lento, com 5 mil candidatos, aquele tal concurso que aqui aprovámos para contratar 63 pessoas.

Mas, enfim, nós estamos a trabalhar, tivemos que comprar uma aplicação informática, porque era impossível gerir um concurso com esta quantidade de candidatos pelo método normal, muito manual, que era o método que nós tínhamos na nossa Câmara.

Em relação aos custos, olhem, deixem-me dizer isto: até me confrange um pouco ouvir isto da esquerda. Se nós tivéssemos autonomia para mandar nos ordenados dos trabalhadores eles ganhariam um 30 a 40% mais do que o que ganham. Os ordenados que em Portugal se pagam na Administração Local são inadmissivelmente baixos. E estamos a arranjar um problema sério que é o problema da perda de recursos. Ainda recentemente, um dos nossos bons funcionários foi-se embora para uma multinacional americana, apenas ganhar o triplo do que estava a ganhar aqui.

Portanto se a Administração Pública continuar a fazer o que está a fazer, que é pagar miseravelmente às pessoas, vai continuar a ter problemas para segurar os melhores quadros, aqueles mais qualificados e mais expostos a áreas que no mercado estão muito valorizadas em termos de rendimento de trabalho. E dizer isto com clareza, se nós mandássemos, se tivéssemos autonomia, nós pegávamos em mais 3 ou 4 milhões de euros, acima dos 10 milhões que gastamos em Recursos Humanos e aumentávamos os ordenados dos nossos funcionários.

Não temos este poder e, portanto, prosseguimos um trabalho, seja pela gestão de afetação das chefias, seja pela aplicação das regras novas do ACT que vamos aplicar a partir da entrada em vigor da nova estrutura orgânica, que vai permitir aos responsáveis de subunidades orgânicas terem um suplemento de ordenado, porque já assumiram um suplemento de responsabilidades. Seja o trabalho que fazemos e vamos continuar a fazer de horas extraordinárias, que é uma forma de por um lado termos mais quantidade de trabalho e, por outro lado, de dar mais um rendimento aos nossos trabalhadores, especialmente àqueles (e são muitos) que ganham um ordenado miserável, pouco mais que o ordenado mínimo nacional.

Nós vamos investir mais nos nossos recursos humanos. E investir mais, não é só com conversa e com discurso e boa vontade. Investir mais é trabalhar para que eles tenham mais rendimento de trabalho. Os maus queremos que vão embora, porque não queremos cá nenhum mau.

Felizmente aquilo que foi feito de trabalho de racionalização da nossa Câmara nestes 8 anos permitiu-nos resolver esse problema.

Os bons e os muito bons e os excelentes que cá estão, nós queremos que eles estejam bem, que sejam melhores, e a componente financeira é muito importante na vida de um qualquer trabalhador.

Portanto é neste quadro que nós colocamos as questões. E quando o Salavessa perguntou. Então e os Departamentos? Obviamente sabemos que é uma chefia cara, é a mais cara todas e a que tem mais custos, vão ou não vão. A nossa decisão, que falta tomar, já temos

discussões feitas na equipa, não estão é terminadas, terminaremos numa próxima reunião nossa, não tem nada a ver com custos. Tem a ver com a discussão e a decisão da maior ou menor utilidade.

Tem a ver com uma característica que este nosso executivo tem. Igual ou pelo menos muito parecida, porque algumas pessoas são diferentes, com os dois executivos anteriores. É que nós somos um conjunto de políticos, eu e os vereadores nos quais tenho funções delegadas, muito executivos.

E quando se tem um grupo de autarcas eleitos que é muito executivo, o patamar do diretor de departamento, não é um patamar fácil de enfiar. Porque a relação de executivo do grupo de autarcas fica muito ligada à operação e a operação está nos Chefes de Divisão.

E é por aqui, no aprofundamento desta reflexão que faremos seguramente e da decisão que tomaremos, que está a nossa decisão.

Não estamos minimamente condicionados pela questão financeira, sabendo que se provermos, nós temos atualmente dois Departamentos, não estão providos. E, portanto, é aí que estará a nossa decisão, sinceramente que ela não vai ser perturbada, porque se vamos prover, vamos ter o custo mais de xis. Não. Não é essa a questão. É a gestão.

Quando nós pensamos nisto, quando nós queremos fazer este ajustamento, só há um objetivo, é melhorar a qualidade da gestão. É que a produtividade da Câmara suba. É que a rentabilidade do custo na massa salarial seja maior. É que elevemos a qualidade do serviço que temos aos nossos cidadãos. É por aqui que nós queremos caminhar.

Vamos pela aplicação desta nova Estrutura Orgânica, pelas regras do ACT, vamos aumentar o investimento nesta componente? Sim. Claramente sim e é uma decisão que assumimos com muito gosto, porque ela é fundamental para prosseguirmos o nosso trabalho de elevação da qualidade do serviço que prestamos aos nossos cidadãos, aumento da eficiência e da produtividade, aquilo que nós chamamos chegar à excelência como organização. É esse o objetivo que fixámos. E já temos, já chegámos a excelência numa ou outra unidade orgânica, mas ainda não chegámos a excelência em todas elas, obviamente o que quer dizer que a estrutura no seu todo, a Câmara no seu todo, ainda não chegou a excelência e nós queremos chegar à excelência durante o presente mandato.

Salavessa perguntou também e muito bem, e eventualmente devia ter falado nisso no início, como é que vocês produziram isto? Basicamente com 2 níveis de discussão. Um nível com as nossas chefias é uma tradição. Para nós é fundamental a opinião das nossas chefias. E obviamente cada chefia municiou o seu contributo e todas contribuíram, enfim, ouvindo mais ou menos a sua equipa. Aí deixámos isso ao critério de cada um.

E devo dizer que todas as chefias participaram nas 2 reuniões de discussão que tivemos, num documento escrito que cada uma delas escreveu, partilhou connosco, depois obviamente a equipa de gestão da Câmara, eu e os vereadores, a equipa de gestão do nosso gabinete, chefe de gabinete, adjunto, assessores. Obviamente, tivemos horas de discussão para tomarmos decisões, como é evidente. Portanto foi este modelo que sempre seguimos, não faria sentido algum que nós não tivéssemos a estrutura envolvida neste processo. Portanto esteve profundamente envolvida, porque nós entendemos que o seu contributo é de uma importância capital. Quem decide somos nós. Era o que mais faltava. Claro que sim. Mas o contributo e foram muito importantes e acolhidos muitos deles. Não foram todos, mas foram muitos deles. Aliás, entre nós, acolhemos a opinião de cada um de nós individualmente? Não. Tivemos que construir uma opinião da equipa como é normal em qualquer processo como este. Processo em que há centenas de pormenores, centenas. Por exemplo, não falei de uma, o Vereador Rogério Carlos estava a chamar atenção, a criação de subunidades orgânicas na Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização. Porque é que entendemos que era muito importante fazer isto? Primeiro por um problema legal que cada vez nos pressiona mais que é a segregação de funções. A área administrativa tem que ter segregação de funções nomeadamente por causa dos processos de contraordenação. E depois há uma tendência natural dos nossos recursos

humanos de trabalharem as áreas de fiscalização do espaço público. O trânsito, essa componente. E nós não podemos descurar a componente da fiscalização das chamadas obras particulares.

E entendemos que era preciso que a estrutura orgânica ajudasse a deixar bem clara essas duas frentes de trabalho de grande importância, nenhuma delas é mais importante que a outra. São as duas muito importantes no trabalho da nossa Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização.

O Jorge Greno perguntou sobre a estrutura da Capital da Cultura. Primeiro deixar claro que o que temos feito até aqui, tem uma reflexão muito profunda e definida como quadro de princípios daquilo que nós queremos levar para o processo, enquanto houver processo.

Seja um processo que acabe amanhã, seja processo que acaba no fim deste ano, no início do próximo quando surgir a decisão final. Seja o processo ele todo se o título for atribuído a Aveiro.

E, portanto, nós temos e está escrito, conhecerão todos o tal bid book na próxima terça-feira. Nós tivemos que escrever qual é o modelo de gestão que está na nossa cabeça. Tem que estar lá escrito. E, portanto, nós vamos assentar numa estrutura municipal a gestão da Capital Europeia da Cultura. Mas não chega. Para gerir um processo destes nós precisamos de somar à estrutura base que aqui temos, entidades externas à Câmara muito importantes, e que o eixo central são três. Universidade de Aveiro, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e AIDA. E precisamos de somar um conjunto de consultores externos portugueses e de outras nacionalidades europeias que são absolutamente fundamentais para que o processo corra bem.

E esta descrição que fiz agora já se aplica ao trabalho que fizemos até aqui. Aplicar-se-á se passarmos esta etapa para a etapa seguinte. E, obviamente, continuar-se-á a aplicar se nos for atribuído o título entre o final deste ano e o início do ano 2023. Portanto é neste quadro que nós vamos trabalhar.

Qual é a unidade orgânica que tem esta matéria na mão? É óbvio demais é a Divisão de Cultura e Turismo. Sendo que, se tivermos o título, a entidade gestora será uma empresa municipal, a nova Aveiro-Expo, que fará a gestão do Parque de Feiras e Exposições e do processo da Capital Europeia da Cultura, porque precisamos de um nível de autonomia de gestão elevado, sendo que, no que respeita à componente Câmara, que será maioritária dessa empresa, quem lá vai estar a gerir são os nossos funcionários, responsáveis mais altos, que estão integrados na Divisão de Cultura e Turismo. E, portanto, é este o quadro que está montado e obviamente com coerência o temos que gerir. Enfim, implementando os ajustamentos que a dinâmica do processo determine, como não podia deixar de ser.

E pronto, Senhor Presidente. De resto agradecer a todos os contributos e as referências que fizeram no debate. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁷ o Ponto 2. Apreciação e votação da Estrutura Orgânica Nuclear e Estrutura Orgânica Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte três votos a favor (PSD17+CDS5+PPM1), dez abstenções (CHEGA1+PS6+PAN2+PCP1), dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Ivo Angélico (BE):⁰³⁸

“Boa noite. O Bloco de Esquerda votou contra porque entende que há um conjunto muito significativo de alterações à estrutura orgânica que servem para acomodar a descentralização de competências do Estado Central, com as quais o Bloco de Esquerda não concorda.”

Vogal Francisco Picado (PS):

“A declaração de voto é a minha primeira intervenção.”

Ponto 3. Apreciação e votação do Contrato para a Execução da Empreitada "Requalificação Urbana da Avenida 25 de Abril" - Alteração às Fontes de Financiamento.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária, realizada em 28/02/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³⁹ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente, de forma muito simples e sumária, esta é uma daquelas inovações que nalguns processos o Tribunal de Contas vem implementando. Que dantes se fazia por um despacho do Presidente e que agora é preciso uma deliberação de Câmara e da Assembleia Municipal. No nosso Plano e Orçamento esta obra tem uma parte do seu financiamento, provinda dum fundo comunitário, que que não existe neste momento, poderá existir daqui a bocado, mas temos um processo de Visto em Tribunal de Contas e a Câmara tem capacidade para assumir esta despesa a 100% na sua receita normal tirando os Fundos Comunitários. E já sabemos disso há muito tempo, porque esta obra estava naquilo a que nós chamamos o PEDUCA2, à espera de que se houvesse um outro reforço adicional da dotação do PEDUCA esta era uma das obras que nós colocaríamos lá. Não indo por aí, obviamente, fica à espera do PEDUCA novo do quadro do Portugal 20/30, porque a elegibilidade da despesa já começou a contar. E, portanto, é um exercício tão simples como este, fazermos alterações das fontes de financiamento. Não tem fundo comunitário, vai a outra receita da Câmara para comunicamos ao Tribunal de Contas e, seguramente, para o Tribunal de Contas emitir o Visto ao contrato com o empreiteiro que ganhou o concurso. Porque é apenas isto que está a limitar a emissão do Visto.

Portanto é esta matéria que está em causa nesta nossa proposta, que obviamente agradecemos que a Assembleia a aprove. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“A proposta é clara, exceto numa coisa. de onde é que vai sair o dinheiro? Porque dizer que sai das receitas é um bocado vago, completamente vago, porque de que obra é que vão tirar o dinheiro daquilo que estava previsto ser com financiamento municipal, para colocar a substituir os fundos comunitários. Portanto o Saldo já está todo integrado em ações orçamentais, portanto donde é que é retirado. E esperar que se resolva depressa não comecem as derrapagens ainda antes da obra começar.”

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Boa noite. O Bloco de Esquerda irá abster-se, sendo que não é propriamente pela questão das fontes de financiamento, mas sim por algumas reticências relativamente ao projeto, tal como já se tinha discutido em assembleias municipais anteriores, ou seja, irá manter aquilo que era a sua posição já anteriormente manifestada.”

Vogal Pedro Silva (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

“Boa noite. Duas notas sobre esta matéria, sobre esta transferência de financiamento e que já não seria coisa pouca, mas a implicação que tem nas políticas urbanas públicas deverá merecer a nossa maior reflexão.

Na verdade, a “alteração da fonte de financiamento” é um neologismo que significará não haver financiamento algum. Ou seja, será financiada pelo município, pelo Orçamento da nossa Câmara Municipal e depois veremos se através dos “overbookings” ou do 20/30 poderemos efetivamente ter algum apoio. Aliás, todo o apoio para obras de qualificação, se assim for o caso, é bom para o município, é bom para os aveirenses.

Que assim possa ser, até porque creio é uma obra prevista, o senhor presidente assim o disse, é uma obra em sede de PEDU e que como se sabe, não se constituem como verdadeiros planos estratégicos de desenvolvimento urbano, mas tão somente de programas de candidatura aos fundos estruturais e sua respetiva narrativa de enquadramento.

Mas se a transferência, no imediato, da fonte de financiamento para concretizar as obras, se pode discutir da sua natureza orçamental, a verdade é que, para além disso, tem um forte impacto nas políticas urbanas da cidade, nomeadamente, naquilo que é as exigências de participação cívica da população e em particular, da natureza específica dos utilizadores desta ímpar avenida.

Como sabemos, os fundos de apoio estrutural às medidas de intervenção urbana, a par de outros setores, são exigentes do ponto de vista da divulgação e da participação das populações.

Trata-se daquilo a que a União Europeia atribuiu um valor incomensurável: a participação e o desenvolvimento de massa crítica integrantes dos desígnios da cidade.

Assim, a intervenção financeira exclusivamente municipal, ao não impor os mesmos níveis de participação pública e prévio conhecimento do projeto, encerra ou pode encerrar, em si, a necessidade de eventual conhecimento da população sobre a intervenção, sobre o desenvolvimento urbano e cultural das cidades hoje já não podem deixar de admitir.

Por isso, esta neologística alteração tem implicações intensas na participação da população e consequentemente, nos processos contemporâneos de democracia e envolvimento cívico nas políticas urbanas das cidades europeias.

Nesse aspeto, nesta Avenida, é tanto mais importante por ser a Avenida dos Liceus. Não se trata de debater a bondade do projeto urbano, que não é esse o ponto da ordem de trabalhos. Trata-se de se perceber a enorme perda de oportunidade de desenvolver massa crítica na cidade e de aproveitar, todo o potencial de generosidade, voluntarismo e sobretudo imaginação que pudesse ser desenvolvido pelas crianças e jovens das nossas escolas aí situadas, apoiadas pelos seus professores e pelos pais que, em casa, seriam colocados em posição de debater a cidade e os seus futuros.

Tem havido alterações nesta zona, com umas entradas na escola, com uma alteração do trajeto do autocarro, no sentido de evitar aquilo que são as conflitualidades iminentes com o tráfego urbano. Com o tempo essas medidas precisam de ser monitorizadas e o aumento de tráfego do automóvel na cidade e os modos de vida adotados em que se nota cada vez mais uma crescente dependência do automóvel se concluí hoje que o conflito da chegada dos

alunos às Escolas tem problemas graves de atravessamento, de saída de alunos em plena via, de uma semaforização sem contador de tempo visível, o que apanha desprevenidos alguns alunos e respetivos pais e tantos outros conflitos que são do conhecimento público.

Eis, portanto, reunidos todos os pontos de interesse para que esta intervenção se pudesse constituir como exemplar, até a nível europeu, no que concerne a um programa trabalhado pela sociedade civil que tivesse, obviamente na Câmara Municipal, o pivot determinante na mediação deste debate. Seria, como facilmente se compreende, um momento fundamental que traria a cidade, seus habitantes e utilizadores, interessados maiores nos seus processos de desenvolvimento.

Mas não. O programa, repito, o programa, deveria ter possibilitado esse debate, que no caso das candidaturas aos processos de financiamento europeu são obrigatórios, das quais esta Cidade está muito carente na sua circulação, nas ruas e nas praças, nas nossas crianças e jovens, em segurança...”

Presidente da Mesa:

“Senhor Deputado Pedro Silva, peço desculpa em o interromper. O que está em causa aqui no ponto 3 é alteração às fontes de financiamento. O Senhor deputado já nos vai habituando, compreendemos o seu gosto também, pelos preâmbulos elaborados. Mas de facto é apenas isto que está em causa. Eu não gosto de estar a interromper. Isto é uma casa de liberdade de expressão, mas de facto devemos estar cingidos àquilo que está em discussão. E o problema aqui também é confundirmos os nossos eleitores porque não consta da ordem de trabalhos estar aqui a discutir os modelos de requalificação da Avenida 25 de Abril. Isso pode vir a ser objeto, mas hoje não é isso que está aqui. Senhor Deputado, nós só queremos saber a sua opinião sobre esta alteração às fontes de financiamento que o Senhor Presidente explicou. É só isto. Por favor cinja-se à matéria que está a ser apreciada.”

Vogal Pedro Silva (PS):

“Senhor Presidente em primeiro lugar peço-lhe desculpa por não me estar a fazer entender!? O que eu quero dizer é que esta alteração tem implicações profundas naquilo que é a participação pública na Cidade e nos desígnios daquilo que é o desenho da Cidade.

E isso, nesse aspeto, qual é a alteração que está entre uma coisa e a outra. Vou tentar fazer-me explicar melhor, mas pensava que assim o tinha feito.

Qual é a alteração que aqui também está? Como disse, a primeira parte que era a matéria da transferência que aqui nos traz e que citei também, ela está muito clara. Quais são as repercussões que isto pode vir a trazer? E aquilo que era nosso entendimento é que esta alteração de fonte de financiamento traz com ela também associada um conjunto de exigências, no caso dos Fundos Estruturais de uma participação pública e de um conhecimento alargado da intervenção, que na circunstância presente do nosso município não tem tais exigências.

E isso parece-me, do ponto de vista daquilo que é ter uma fonte de financiamento ou outra fonte de financiamento, pode ter aqui uma diferença substancial.

Digo com isto Senhor Presidente o seguinte: Para além da matéria factual há um conjunto de causalidades que lhe estão adstritas e que são relevantes do ponto de vista político para o debate.

Se eventualmente agora também não me fiz entender e o Senhor Presidente quer que eu saia imediatamente, assim o farei, por não ter entendido.

Agora acredite Senhor Presidente que isto tem uma relação causal muito forte e que eu aqui estava a terminar, faltava-me apenas um parágrafo de conclusão. Mas se assim o entender eu retiro-me imediatamente?”

Presidente da Mesa

“Não. O Senhor Deputado está ainda dentro do seu tempo, faça favor. Mas compreenderá que é uma competência da Mesa chamar atenção, está escrito assim, para que não haja desvio sobre o ponto que está em discussão. É apenas nesse sentido. O Senhor Deputado tem ainda tempo faça favor.”

Vogal Pedro Silva (PS):

“Senhor Presidente é exatamente no reconhecimento do que me está a dizer que lhe pedi desculpa pelo facto de não me estar a fazer entender!

Procurarei então melhor exemplificar aquilo onde pretendia chegar.

Para terminar, porque estava mesmo no último paragrafo. Esta era a relação que ia estabelecer. Era que, por isso, esta transferência para o orçamento municipal desta intervenção, não impõe o mesmo modelo de participação nas políticas locais. E esta é uma questão que é absolutamente fundamental. Ter modelos cívicos de participação no desenvolvimento dos projetos urbanos da cidade aqui valorizava, obviamente por estarmos numa Avenida única, que é a Avenida dos Liceus, em que cuja participação teria obviamente a generosidade, o envolvimento e a imaginação, que poderiam dar certamente ao resultado final uma capacidade de apropriação que seria certamente diferente.

Isto não quer dizer – e aqui tenho a conclusão. Este facto de tudo o que eu aqui disse, este facto, de diminuição dos parâmetros da participação pública exigíveis, aqui com o carácter especial das crianças e jovens, não é uma fatalidade. O que eu quero dizer para me tornar claro, é que o facto de os Fundos Estruturais imporem uma maior participação e visibilidade, isso não quer dizer que as intervenções municipais não a possam ter.

E é por isso que as mesmas devem ser encaradas não como uma factualidade. E, portanto, a proposta qui apresentada, eventualmente do ponto de vista comparativo, pode-nos trazer também uma ampla participação, possível, das nossas Escolas, naquilo que é a apropriação futura desse espaço.

E, portanto, era este o ponto que eu queria focar atenção. Agradecendo ao Senhor Presidente e pedindo desculpa a todos por não ter sido claro na primeira parte da minha apresentação. Mas creio que há uma causalidade de relação entre uma e outra, sendo certo que a participação pública nas políticas urbanas é absolutamente fundamental nesta Europa moderna. Obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“Neste ponto não estamos aqui a discutir nem a apreciar, nem vamos apreciar, se há mais árvores, se há mais passeios, se é mais para a direita, se é mais para a esquerda. Isso já está feito.

Em termos de financiamento também não vamos querer fazer nenhuma coleta de saquinho na mão para ver se vem de algum lado. Fomos aqui chamados a discutir é a alteração da fonte de financiamento de um projeto que está aprovado. Esse projeto não está em discussão. Neste sentido o projeto é o mesmo e não estamos a falar do desenho do projeto. Tudo o que dissermos e discutirmos sobre o projeto é pura falácia, é incoerência, é demagogia pura. Estamos a discutir e a falar sobre a fonte de financiamento e sobre isso as boas Contas da Câmara Municipal de Aveiro permitem assumir essa alteração e esse financiamento da obra, para bem de Aveiro e dos aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[046](#)

“Esclarecimento apenas ao António Salavessa. As dinâmicas da gestão orçamental não me permitem responder à sua pergunta. Nós já vamos, demos conhecimento hoje na Câmara da

terceira alteração orçamental, já fizemos a primeira revisão e, portanto, as coisas não, como Vexa sabe, agora não vamos tirar dinheiro daqui para meter ali, isto não é assim. Portanto as dinâmicas da gestão orçamental são normais ao longo de todo o exercício e, portanto, a Câmara tem capacidade orçamental para ir fazendo os ajustamentos. Agora temos este, já temos vários pela aprovação das escolas, que é ao contrário. Objetivos que não tinham financiamento e que vou passar a ter. Portanto são as dinâmicas normais e V.Exa sabe disso. Doutor Pedro Silva você é seguramente na memória dos funcionários da Câmara Municipal o pior Vereador de todos os tempos nesta Câmara.

Com uma vantagem que tivemos todos, que os funcionários que nos partilham essa péssima memória de si, a vantagem que tiveram foi que o Senhor esteve cá muito pouco tempo. Se não, então seria trágico.

E, obviamente, já é candidato de todos como o membro mais disfuncional desta Assembleia Municipal. Além destas secas que nos dá, a nós e aos cidadãos que nos estão a ouvir, que seguramente muitos se desligaram nesta sua absurda intervenção.

É bom que saiba que este projeto foi feito por um dos melhores projetistas que este país tem. Chama-se MPT, liderada pela Eng.^a Paula Teles que V.Exa bem conhece. E que teve participação de muitos cidadãos que nos vários momentos de auscultação pública participaram neste processo, incluindo a comunidade educativa da Escola José Estêvão e Mário Sacramento.

É ridículo que V.Exa, parado no tempo, porque de moderno V.Exa não tem nada, ou seja V.Exa está ultrapassado. É um demagogo. Faz intervenções que não interessam para coisíssima nenhuma. Não teve contributo nenhum, de nada, de coisíssima nenhuma. E, portanto, a única relevância que tem a sua intervenção é deixar clara a sua disfuncionalidade, a sua inutilidade, como membro contributivo como autarca, para o desenvolvimento do nosso município. Já nos vamos habituando às suas performances, ficará seguramente a descrédito de quem assume uma perspetiva idêntica à minha, a crédito sim de alguém que possa gostar das suas intervenções. Nós aqui estamos para debater.

E, discordo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe ter mantido a palavra. Eu tinha-lha tirado como é evidente. Porque a matéria é tão clara e tão simples quanto aquilo que está em causa, tudo o resto está fora da ordem de trabalhos.

Já viram o que era vir para aqui gastar o meu tempo todo, e tenho muito, para explicar o projeto, para explicar a vida do empreiteiro, para falar sobre a participação da comunidade, para explicar as minhas reuniões com as direções das Escolas e com os vários cidadãos que participaram neste processo. Achariam seguramente que eu estaria a ter uma prestação disfuncional em relação ao objetivo que nos traz aqui.

A política e a prestação dos autarcas também devem ser um exemplo de produtividade, de eficácia e de objetividade. E não de circo demagógico que não serve para nada, como é aquele de que V.Exa é especialista. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁷ o Ponto 3. Apreciação e votação do Contrato para a Execução da Empreitada "Requalificação Urbana da Avenida 25 de Abril" - Alteração às Fontes de Financiamento, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor (PSD17+CDS5+PPM1+CHEGA1+PCP1), dez abstenções (PS6+PAN2+BE2), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa⁰⁴⁸ colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando

oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁴⁹ a Sessão Extraordinária em Março.

Eram 22:45 horas do dia 10 de Março de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)